

Lamachia e Torelly disputam a presidência da OAB/RS

Eleições ocorrem nesta sexta-feira em todo o Rio Grande do Sul

/ ADVOCACIA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Nesta sexta-feira, das 9h às 17h, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS) realiza eleições para

definir a nova gestão para o próximo triênio. Advogados do Estado que estiverem em dia com a instituição poderão votar para escolher a presidência da entidade, os membros dos conselhos federal e estadual, a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/RS) e os representantes das subseções.

Assim como no pleito de 2021, duas chapas disputam os cargos: a OAB Mais, liderada pelo atual presidente da seccional gaúcha, Leonardo Lamachia, e a Muda OAB/RS, encabeçada por Paulo Torelly. Ambos conversaram com o **Jornal do Comércio** e apresentaram suas propostas para o futuro da entidade.



Leonardo Lamachia
(OAB Mais)



Paulo Torelly
(MUDA OAB/RS)

Na nossa gestão, temos avançado em pluralidade, defesa de prerrogativas e programas, como os voltados à mulher e a jovem advocacia. Ainda assim, queremos ampliar esses esforços, criando procuradorias regionais e expandindo iniciativas de mentoria e empreendedorismo. A presença efetiva junto à advocacia e o aumento nos desagregados também são compromissos a serem mantidos.

O que deve ser mantido e o que deve mudar na OAB/RS?

Deve haver uma reformulação profunda. A Ordem gaúcha está distante da advocacia, com comissões que não abordam questões relevantes e um Tribunal de Ética ineficaz. O grupo atual se fechou, resultando na desassistência aos profissionais do Direito. Queremos democratizar ações e combater práticas de gestão patrimonialista e as sessões secretas no Tribunal de Justiça, que, mesmo inconstitucionais, estão ocorrendo.

A ampliação da defesa de prerrogativas e da advocacia ativa; a retomada da presença junto aos advogados gaúchos; melhorias na prestação jurisdicional, com foco na celeridade dos processos; a intensificação da luta pelo direito à sustentação oral, inclusive com novas ações no Conselho Nacional de Justiça; e, por último, continuar trabalhando pela redução da anuidade, algo que fizemos e queremos repetir.

Quais as principais bandeiras da chapa?

A valorização da jovem advocacia, com isenção de anuidade para advogados com menos de 3 anos e incentivos para autonomia, como cursos e apoio financeiro; a fixação de um piso salarial para os advogados; a defesa de eleições diretas para definir indicações ao Tribunal de Justiça; e a redução da anuidade, buscando maior transparência na gestão dos recursos da OAB/RS, com cortes em gastos desnecessários e foco no apoio à advocacia.

Batemos o recorde de desagregados públicos e enviamos o maior número de registros ao Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas. Atuamos rapidamente em casos graves, com atos públicos realizados em até 48h. E, justamente para ampliar essa atuação, queremos criar procuradorias regionais e de honorários, fortalecendo a proteção à advocacia, principalmente em casos que fogem do nosso conhecimento.

O que deve ser feito em relação à defesa das prerrogativas dos advogados?

Queremos implantar uma postura de tolerância zero com os violadores. Queremos criar uma rede de monitoramento e denúncias online. É fundamental expor publicamente os responsáveis por violações e combater práticas que afrontam garantias individuais. A OAB/RS precisa agir com autoridade para garantir respeito à advocacia e aos direitos previstos na Constituição.

Devemos nos posicionar sobre temas de impacto social, desde que eles envolvam questões jurídicas. É fundamental que a Ordem mantenha sua independência política, sem se envolver em disputas partidárias ou ideológicas. Nosso papel é defender a sociedade com base na justiça, sem favorecer qualquer viés político.

Como a OAB/RS deve se posicionar em temas de cunho político-social?

A OAB/RS deve se posicionar em temas político-sociais, com base no que determina a Constituição. Seu estatuto exige a defesa do Estado democrático, dos direitos humanos e da justiça social, combatendo discriminação racial, de gênero e orientação sexual, além de zelar pelo meio ambiente. A OAB não deve adotar posições partidárias, mas agir com base na "ideologia constitucional".

Maioria das mulheres negras que sofre violência vive com o agressor

/ DIREITOS HUMANOS

Cerca de 85% das mulheres negras que sofreram violência doméstica ou familiar e não possuem renda suficiente para se manter convivem com seus agressores dentro da própria casa. O número é quatro vezes superior à média de mulheres negras que declaram já terem sofrido algum tipo de agressão (21%), independentemente da renda.

Os dados são da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra, feita pelo instituto DataSenado e Nexus, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência e Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra.

O estudo considerou como negras as mulheres autodeclaradas pretas ou pardas. Foram ouvidas por telefone, entre agosto e setembro de 2023, 13.977 brasileiras negras com 16 anos ou mais.

Entre as mulheres negras que afirmaram não conseguir se sustentar, uma em cada três (32%) já sofreu algum tipo de agressão. Em 24% dos casos, o episódio aconteceu nos últimos 12 meses. Quando perguntadas sobre situações específicas de violência, o número sobe para 31% - revelando que algumas não consideraram, num primeiro momento, aquilo que viveram como abuso doméstico.

Além da renda, a pesquisa demonstra que a presença de filhos abaixo dos 18 anos também faz com que as mulheres não consi-

gam sair de um contexto abusivo - 80% das mulheres negras que declararam ter sofrido violência doméstica e têm filhos menores de idade continuam morando com o agressor. Os dados mostram ainda que, entre as mulheres negras que afirmaram ter sofrido violência familiar, 27% disseram não ter renda nenhuma e 39% não têm renda suficiente para se manter e manter seus dependentes, somando 66% de mulheres vítimas de violência e sem condições financeiras de se sustentar.

Nesse mesmo recorte de mulheres sem renda para se manter, os números indicam que somente 30% buscaram algum tipo de assistência em saúde após um episódio grave de violência. O percentual se mantém acima dos 60% em todos os níveis educacionais.

O estudo revela ainda que apenas 27% das mulheres negras que não têm renda individual suficiente para seu sustento buscaram medidas protetivas. Assim como no atendimento médico, em todos os níveis educacionais, a maioria não buscou proteção - percentual variou entre 65% e 78%. Os números também mostram que mulheres com menor escolaridade tendem a procurar mais a Justiça para denunciar a violência do que as com maior escolaridade - 49% das mulheres negras não alfabetizadas e 44% das que possuem Ensino Fundamental incompleto foram até a delegacia. O percentual cai para 34% entre mulheres com Ensino Superior completo.

Buraco na Freeway é fechado e liberação da pista ocorre até segunda

/ ESTRADAS

As obras de conserto de um buraco que se abriu na Freeway e bloqueou a pista Oeste no km 46 da BR-290, no sentido Litoral-Porto Alegre, em Glorinha, devem ser totalmente concluídas até a próxima segunda-feira, conforme informou a CCR ViaSul, concessionária da rodovia. Na terça-feira, as equipes concluíram os serviços de escavação e de implantação do envelopamento da galeria com uma manta drenante, seguindo para a colocação do reaterro com material pétreo.

Para a próxima etapa, os trabalhos estão concentrados na execução das camadas de pavimento e, posteriormente, sinalização para liberação da via. A

CCR ViaSul prevê a liberação de uma das faixas no sentido à Capital nesta sexta-feira.

Durante a realização das obras emergenciais, o tráfego está sendo desviado para duas faixas na pista Leste, ou seja, sentido ao Litoral gaúcho, em sistema de contrafluxo, a partir do km 45, retornado para a pista Oeste - sentido Porto Alegre - na região do km 48. Já o tráfego no sentido litoral segue em uma das faixas de rolamento e pelo acostamento no mesmo trecho de desvio.

No local, há sinalizações sobre os serviços e equipes da Concessionária atuam na orientação de motoristas. A CCR ViaSul ainda informa que o limite de velocidade no trecho em desvio é de 40 km/h.